

# Loucura e transtornos: políticas normalizadoras

**Edson Passetti**

Professor no Departamento de Política e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais na PUC-SP. Integrante do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade libertária e coordenador do Projeto Temático Fapesp *Eco-política*.

## **RESUMO:**

A produção histórico-política das metamorfoses da loucura, da norma e da anomia em práticas normalizadoras de indivíduos passíveis de transtornos, situa novas relações de poder nas quais a luta antipsiquiátrica foi redimensionada em luta antimanicomial. Estado e sociedade devem se fortalecer como meio de proteção das capacidades humanas para que o indivíduo conectado, empreendedor, monitorado, policial e eventualmente transtornado participe diplomaticamente nas melhorias para um futuro melhor. No ambiente normalizado as neurociências são fundamentais para ampliar a sustentabilidade. Configura-se uma governamentalidade democrática de contenção de resistências.

*Palavras-chave: governamentalidade; transtornos; sustentabilidade*

## **ABSTRACT:**

The historical and political production of metamorphosis of madness, of norm and anomy in normalizing practices of individuals subject to disorder, indicates new relations of power in which the anti-psychiatric struggle was reshaped into anti-asylum struggle. State and society must be strengthened as a way to protect human capacity so that the connected, entrepreneur, monitored, police and eventually unsettled person take part, diplomatically, in the improvements for a better future. In the normalized environment, the neurosciences are fundamental to enlarge sustainability. A democratic governmentality is configured for restraining resistances.

*Keywords: governmentality; disorder; sustainability.*

Taí algo estranho a Foucault: a efeméride. Pouco importa quantos anos redondos completa um livro esquisito, com uma pesquisa elegante, preciosa e rara levada adiante por Michel Foucault. *História da loucura na idade clássica* é uma referência sobre a loucura, e foi o mote para o próprio Foucault a ele retornar em seu curso *O poder psiquiátrico*, depois de redigir vários escritos publicados e pronunciados, compondo a sua maneira de expor inquietações que anunciavam novas pesquisas.

Foucault encerrava com *História da loucura na idade clássica* o tempo em Upsala com seu jaguar — não o jaguar que toma o guerreiro chefe tribal dos povos da América do Sul, no agonismo do poder, apossado de um transe insuportável aos jesuítas e colonizadores espanhóis e portugueses, que ao exercerem os mandos do poder soberano permitiam matar ou escravizar estes alienados —, mas um automóvel Jaguar amarelo, um jaguar de tolos ou de donos da razão. A reviravolta escancarada nesta pesquisa-livro levará o jovem professor a abandonar o carro por uma bicicleta, com a qual deslizará com desenvoltura pelas ruas como “a cantora careca”, um biruta trafegando pelo trânsito duro dos automóveis, que certa vez o pegou e atropelou.

A diferença entre um doido e um biruta é que o doido tem a tendência de se achar cordato enquanto o biruta, sem refletir sistematicamente sobre a coisa, sente que os cordatos são muito sementeira simétrica e relógio suíço, o dois depois do um e antes do três, de maneira que, sem emitir juízo — porque um biruta nunca é um bom-pensante ou uma boa consciência ou um juiz de plantão —, esse camarada continua o seu caminho por baixo da calçada e meio a contrapelo, e vai daí que enquanto todo o mundo freia o carro quando vê o sinal vermelho, ele pisa no acelerador e Deus te livre. Para entender um doido convém um psiquiatra, mas nunca é suficiente; para entender um biruta basta o senso de humor. Todo biruta é cronópio, ou seja, o humor substitui parte das faculdades mentais que constituem o orgulho de um professor ou um doutor cuja única saída em caso de fala é a loucura, ao passo que ser biruta não é nenhuma saída, mas uma chegada (Cortázar, 2008: 128).

*História da loucura na idade clássica* atravessou Foucault em sua existência biruta, não só em *O poder psiquiátrico*. Foucault voltava-se à história dos infames e retornar a estes e aos lugares que lhes são designados não é tarefa exclusiva de profissionais dedicados aos *ditos* equilibrados. Pouco importa se o psiquiatra é uma solução tópica ou temporária a quem quer que seja, pois ele é produto do manicômio e pensa a partir de seu funcionamento como gestor da loucura e da desrazão. Pouco importa se Foucault substituiu o vocabulário psicossociológico pelo pseudomilitar em *O poder psiquiátrico*, deslocando violência, instituição e modelo familiar/aparelho de Estado, por microfísica do poder, tática e estratégia (Foucault, 2006: 21), que repercutem depois em *Vigiar e punir* (1975). São efeitos dos movimentos que as suas análises propiciam.

O deslocamento da análise das representações, ou do privilégio dado às percepções da loucura, e convincentemente de uma história das mentalidades e do pensamento, leva-o aos dispositivos de poder. A ênfase na violência cede à prática do poder que se exerce sempre sobre o corpo, aplicada de modo irregular; menos sociologia da instituição, portanto, mas indivíduo como efeito de poder, de um poder procedimental individualizador e resultante das relações de forças que atravessam as instituições; enfim, a prática psiquiátrica como produtora de enunciados legítimos que não se esgotam em si mesmos. É assim que Foucault nos mostra, enfim, que loucura e humanismo estão relacionados ao ato de Pinel, em Bicêtre, em 1792, liberando as correntes dos loucos e à redução do rei George III aos dispositivos disciplinares, retratado por Francis Willis, em 1788 (e também retomado por Pinel). O feito de Bicêtre era o de produzir uma dívida contínua a ser saldada voluntariamente pela obediência. Reconhecer-se sujeito como condição de acesso à cura decorre dos procedimentos de Willis ao situarem que no hospital não havia mais espaço para a existência do rei, real ou imaginário, mas sim para uma ortopedia mental cuja função era a de restaurar a moral. A isso

Foucault chamou de “cena protopsiquiátrica”<sup>1</sup>, enfim a prática médica da crise: “esperar o momento que a crise intervém, facilitar seu desenrolar e seu término, fazer que as forças sãs prevaleçam sobre as outras” (Idem: 40-41), lançando mão da medicação no delírio e como terapia do delírio. Não estará em jogo a análise da instituição como ponto de partida, mas o deslocamento proposto por Foucault para a análise antinstitucionalista. Com esta atitude, ele situa os perigos de reduzir certas práticas a um meio para a humanização das instituições asilares, tarefa aberta por Willis e Pinel, curando um rei ou atormentados acorrentados. Este é apenas o prólogo da cura pela moral e esta, como sabemos, redimensiona-se em qualquer ocasião: é o bem, é a sua ideia-fixa.

Tomemos outro biruta, Max Stirner:

Cuidado, rapaz! Tens a cabeça cheia de fantasmas, tens muitas obsessões! Imaginas coisas grandiosas e inventas todo um mundo de deuses à tua disposição, um reino de espíritos que te chama, um ideal que te acena. Tens uma ideia fixa!

E não penses que estou brincando ou falando por metáforas quando considero os homens presos a essa ideia do superior (de fato, quase toda a humanidade, porque a maior parte é deste tipo) como verdadeiros loucos, loucos de manicômio. O que é, afinal, uma ‘ideia fixa’? É uma ideia à qual uma pessoa se subjugou. Se reconhecerdes nessa ideia fixa um sinal de loucura, meteis o escravo dela em um manicômio. Porém não serão também ‘ideias fixas’ a verdade da fé de que não se duvida, a majestade — por exemplo, do povo — em que não se pode tocar (e quem o fizer comete crime de lesa-majestade), a virtude contra a qual o censor não deixará passar nem uma palavra para que a moralidade permaneça intacta? E não será toda conversa fiada — por exemplo, da maior parte dos jornais —, o blábláblá dos alienados que sofrem das ideias fixas da moralidade, legalidade, cristandade etc., e só andam por aí em liberdade porque o manicômio aonde vão parar ocupa muito espaço? (...) A ideia fixa é, na verdade, o que há de mais verdadeiramente sagrado!

---

<sup>1</sup> “Por cena, não entender um episódio teatral, mas um ritual, uma estratégia, uma batalha” (Cf. nota à aula de 14 de novembro de 1973, seguindo o manuscrito. Foucault, 2006: 41).

Encontramos apenas gente possessa do demônio, ou será que vêm ao nosso encontro outros tipos de *possessos*, obcecados pelo bem, pela virtude, pela moralidade, pela lei ou por qualquer outro ‘princípio’? As possessões diabólicas não são as únicas. Sobre nós age Deus e age o diabo: a ação do primeiro é da ordem da ‘graça’; a do segundo é diabólica. Possessos são aqueles que se *fixam* em suas opiniões. (...) É claro que o herege já não se expõe hoje à fúria da perseguição de antigamente, mas arrisca muito mais em suas posições contra a pureza dos costumes (Stirner: 58-63).

Desculpem por tomar-lhes a atenção com um trecho tão longo escrito em 1847, por alguém que não desconhecia os efeitos da psiquiatria ou da protopsiquiatria, um filósofo de livro único, regularmente quase ignorado em nossas reflexões políticas e universitárias, mas que passou, não sei dizer se como um cometa ou um raio, brevemente sobre a cabeça de Foucault, como sublinhou Daniel Defert (1999: 9). Pouco importa, afinal foi o próprio Foucault quem disse que escrevia pouco ou quase nada sobre quem o formou, e não à toa, dedicou breves e precisas indicações sobre outro biruta chamado Friedrich Nietzsche. Coisa de biruta, fora de nossas convenções acadêmicas de falar sobre um autor que nos é referência porque esquisito. Mas coerente com quem dissolveu a autoria. Foucault pronunciou seu discurso de abertura no Collège de France tomado pela presença não dita de Samuel Beckett. Enfim, sempre falamos com presenças estranhas ao nosso redor, mas temos o hábito do *dever acadêmico* de anunciar seus nomes como garantia de intelecção.

Importa é que, com essa maneira estranha, Foucault fez de sua obra uma instauração. E muito ainda se poderá comentar sobre os desdobramentos de *História da loucura na idade clássica*, antes e depois de *O poder psiquiátrico*, e deste antes e depois de *Vigiar e punir*, com o enrosco de Foucault com a continuidade do poder disciplinar. Para ele o poder disciplinar não precisa de rituais, cerimônias e estigmas, compõe um sistema de controle contínuo, pelo qual se está “perpetuamente sob o olhar de alguém”, ou seja, “é-se visível, está-se perpetuamente na

situação de ser olhado”, refere-se a um “estado terminal ou ótimo”, olha-se para o futuro, quando “a coisa funcionará sozinha e em que a vigilância poderá não ser mais que virtual, em que a disciplina, por conseguinte tornar-se-á um hábito”. Foucault estabelecia uma linha genética da disciplina com a soberania, mas ressaltava que seria o exercício que detalharia “em uma escala temporal o crescimento e o aperfeiçoamento da disciplina” (Foucault, 2006: 59).

E tudo isso reaparece, em outro ponto, para além das disciplinas, sem delas prescindir em *Segurança, território e população* [1977-1978] (2008a), com o poder pastoral e a guerra; em *Nascimento da biopolítica* [1978-1979] (2008b), com o *empreendedorismo*, os déficits de crimes socialmente aceitos e principalmente com a governamentalidade liberal; no *Em defesa da sociedade* [1975-1976] (2000) com o racismo de Estado: racismo biológico capaz de reativar o poder soberano de morte mesmo diante de tanto investimento na vida. As relações dos jogos de poder e verdades assumirão dimensões surpreendentes em *O governo dos vivos* [1979-1980] (2007; 2010b) e *O governo de si e dos outros* [1983-1984] (2010a) e a estética da existência, também esboçada, no capítulo final de *História da loucura* (1978), retornará em *A hermenêutica do sujeito* [1981-1982] (2004).

Enfim, e porque isso não tem fim e é próprio a um instaurador deste quilate, estas são considerações a respeito de uma obra instauradora, esquisita, inacabada, sobre o sujeito no Ocidente, sobre o Mesmo e o Outro, o insuportável, por vezes inominável, a quem não cabe as classificações de anormal, perigoso e louco por ser *inclassificável*. Para estes, o poder disciplinar não dá conta das inúmeras resistências e tampouco se acomodam entre os empalhados do gabinete do Dr. Cesare Lombroso, com sua antropologia criminal, na qual ao anarquista não cabia a prisão ou a morte, mas somente o manicômio.

Foucault, porque via a disciplina como hábito, em seu nível terminal e ótimo, situou as metamorfoses na prática institucional: “o poder

disciplinar tem a dupla propriedade de ser anomizante, isto é, sempre pôr de lado certo número de indivíduos, de ressaltar a anomia, o irreduzível, e de sempre ser normalizador, de sempre inventar novos sistemas recuperadores, de sempre estabelecer a regra. Um perpétuo trabalho da norma na anomia caracteriza os sistemas disciplinares” (Idem: 68). Portanto supõe sempre funcionalidades. Tal pretensão sistêmica do poder disciplinar ajuda-nos a compreender a relevância do conservadorismo de Émile Durkheim e ao mesmo tempo da sociologia funcionalista de Talcott Parsons, atraindo e aninhando Foucault em seu interior. Eis aí outro efeito, não mais de *História da loucura*, mas de indicações em *O poder psiquiátrico* que vasa para *Vigiar e punir*. E assim notamos outros fantasmas não declarados na Sociologia e o que esta faz com Foucault, ou melhor, a *ideia-fixa* desta institucionalização, desta Sociologia.

Aprecio a recomendação de Foucault de andar com ele a partir de suas pesquisas, tomando pontos interrompidos, entupidos, congestionados, saturados em um dado momento e desobstruídos adiante, repletos de infâmias. É assim como um biruta a ser tomado como doido que penso estar coerente com o jeito de Foucault de me perturbar, de lembrar que não somos nadinha normais e que por isso nos vemos *tão normais*; que erramos, também; que escrevemos para alimentar fantasmas quando queremos mostrar que eles inexistem ou estão localizados no delírio; que é preciso ir adiante para quebrar muros, fazer do livro uma bomba, meter fogos de artifícios no ar, revolver o marasmo satisfeito, ética e politicamente, com o enunciado sobre o que começa em nós mesmos. O que reinicia são as resistências, quando também colocam o ingovernável.

Tudo bem, nada a opor com quem case Foucault com isso ou aquilo, afinal ele não estava mesmo preocupado com seu estado civil, mas isso não habilita ninguém à liberdade de fazer de sua obra uso e abuso para

a ordem, sob a classificação imprópria de *Foucault*. O Foucault da obra não estava comprometido com a ordem, sua produção estava destinada ao presente e mesmo nas raras vezes em que se posicionou delineando o futuro, como o fez no caso do Irã, seus equívocos ou encantamentos não habilitam *experts acadêmicos* a reduzi-lo, a partir de então, a um pré-moderno, conservador, reacionário ou homossexual masculino, o que é por demais podre (Afray; Anderson, 2011); ainda que seus críticos marxistas o vejam como baluarte da pós-modernidade, não é possível abreviá-lo à condição de ideólogo da ambiguidade de nossos tempos, pois se há algo terrível em suas pesquisas sobre o saber, o poder, a verdade e a ética do sujeito no Ocidente, é o de nos colocar diante do intempestivo abalando poderes e governos. Nada tenho a acrescentar às astúcias por demais conhecidas dos liberais. E também não aprecio quando os anarquistas recorrem a Foucault para acoplá-lo a uma tradição ultrapassada.

## *Turning point*

As práticas derivadas da antipsiquiatria ganharam surpreendentes desdobramentos desde os anos 1950 com as reflexões e experimentações de Gregory Bateson, David Cooper, Ronald Laing, Franco Basaglia, entre outros, enfrentando a loucura encarcerada como doença mental, neste lugar impedido de exterior, no ponto limite da grande internação situado por Michel Foucault, que engloba, principalmente, o terminal manicômio, com menores conexões com os ilegalismos que a prisão. Nas palavras de Maurice Blanchot: "confinar o exterior, isto é, constituí-lo como *interioridade* de espera ou de exceção, tal é a exigência que a sociedade, ou a razão momentânea, a fazer existir a loucura, isto é torna-la *possível*" (Blanchot, 2007: 174).

O sistema loucura-doença mental, depois de problematizado pela antipsiquiatria, passou, também, pela captura como os demais efeitos

das lutas contra a ordem, sob a forma de direitos que gradativamente compuseram a continuidade do manicômio com práticas a céu aberto dos *cares* e metamorfoseou a luta antipsiquiátrica em luta antimanicomial negociada.

A chamada biologização da psiquiatria pretendeu estancar a expansão da psicanálise, a partir dos anos 1990, situando o controle sobre comportamentos, hábitos, condutas, medos, outras emoções e sentimentos diagnosticados como impulsividades, compulsões, depressões, pânico, ansiedades acoplados ao regime dos transtornos. Isto provocou o deslocamento necessário à normalização de condutas, uma específica governamentalidade, equacionando o que é impossível de ser contido, identificado com a inevitável condição de cada um, não mais como possível louco-doido, mas, pelo avesso, como indivíduos normais propensos aos transtornos.

Com base no saber das neurociências, governar o *ambiente* normal, ou seja, de maneira sustentável, passou a ser fundamental. A ênfase não recai mais somente nos serviços públicos de atendimento, mas também na formação de organizações de portadores de transtornos, monitoramentos e principalmente o governo das próprias condutas vistas como transtornadas ou exponencialmente porosas. Inclui-se, aí, a presença das novas descobertas da farmacologia com os inibidores de recaptção de serotonina e a liberação da fluoxetina pelo *Food and Drug Administration* (FDA), dos Estados Unidos, com o objetivo de conter, primeiramente a expansão do que se convencionou chamar como *depressões*, diagnosticadas a partir da classificação de TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo), a Bulimia Nervosa, o Transtorno do Pânico, as Compras Compulsivas, o Transtorno de Déficit de Atenção, Hiperatividade em Crianças e Adultos, etc.. Dos alienados dos séculos anteriores chegamos “à legião dos compulsivos, esquizofrênicos, bipolares, crianças hiperativas, fóbicos, portadores de estresse pós-traumático que circulam

pelas ruas das cidades ao ar livre e são cada vez mais estimulados a se reunirem em grupos para reivindicar políticas públicas de saúde mental” (Siqueira, 2009: 21, 294).

O governo George H. W. Bush, em janeiro de 1990, por meio de ato, contemplando a Resolução 174 do Congresso, declarou a “Década do Cérebro”, abrindo-se a novos investimentos em pesquisas públicas e privadas sobre os *transtornos* mentais. Isso repercutiu no início do século XXI, na Organização Mundial da Saúde em seu “Relatório sobre a saúde no mundo 2001”, incluindo os usos abusivos de álcool e drogas, com o alerta para o fato de 1 a cada 4 habitantes do planeta estar sob algum transtorno em uma determinada fase da vida; ainda comunicava os altos gastos medicinais com saúde mental deste tipo como sendo os mais dispendiosos nos Estados Unidos e Europa. Estava em questão abordar a compreensão de fatores biológicos, genéticos, sociais e ambientais, dando amplitude à Resolução 46/119 sobre “a proteção das pessoas com doenças mentais e a melhoria da assistência à saúde mental”, de 17 de dezembro de 1991, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, que ressaltava o direito a não ser discriminado e de obter tratamentos e acompanhamentos, portanto cuidados, com terapêuticas abertas em comunidades.

O lugar da loucura como enfermidade, agrupada a um conjunto maior das doenças e destinadas a espaços limites, ganha outra dimensão: está no próprio exterior como governo da saúde mental. Trata-se de uma operação sistêmica (um sistema aberto) orquestrada com as demais maneiras de controlar a céu aberto, que inclui os regimes de penas alternativas e políticas de *tolerância zero* para os chamados criminosos ou desencadeadores de pequenas incivildades, e que dão contornos a novos mapas sobre a vida, não mais a do sujeito de direito, mas a do vivo, como bem sublinhou Frédéric Gros (2009). Trata-se de uma governamentalidade, como nunca antes configurada, e que conecta e

acopla sociedade civil e Estado ao considerar fundamental a capacidade do indivíduo democraticamente se governar: uma nova subjetividade relacionada às *capacidades*. Somos todos, antes de tudo, normais a serem investidos de meios para aperfeiçoarmos a normalização: anormais, passam a ser portadores de déficits; perigosos passam a ser expressões de *vulnerabilidades*; é preciso, portanto, manter a medicação e as mediações acentuadas, dentro e fora, no interior e no exterior dos terminais que ainda governam os insuportáveis.

Michel Foucault havia situado com firmeza as condicionantes de uma governamentalidade neoliberal, em *Nascimento da biopolítica*, e vivemos seus desdobramentos nos dias de hoje, por meio de institucionalidades em seus itinerários fluídos de aperfeiçoamentos *ad infinitum*, mesmo quando demarcados por projeções de metas e suas indispensáveis efemérides, que pretendem possibilitar maneiras de *melhorar* a qualidade de vida, nosso bem-estar como bem comum, e a saúde mental de cada um.

## *Bric-a-brac*

Ao situar esta nova ocorrência no âmbito da neutralização de resistências, seria breve e definitivo analisar a metamorfose da luta antipsiquiátrica em práticas antimanicomiais negociadas. Além de constatar este recobrimento, não se encontra aí o que neste momento me interessa. Os elementos deste fluxo, entretanto, devem ser apreendidos por uma procedência contemporânea que justifica o *retorno* do círculo da doença mental como saúde mental com justiça, razão e democracia. Ou, se preferirem, sob os condicionantes de uma *ideia-fixa*, conforme Max Stirner, em um ponto além das disciplinas sem delas prescindir, como situei a análise de Michel Foucault no início desta conversa, e de um jeito biruta cortazariano.

Traçarei em poucas palavras as considerações do Premio Nobel de Ciências Econômicas de 1998, Amartya Sen<sup>2</sup>, fechando o novo

círculo que situa as procedências, indicadas anteriormente, compostas pela Resolução do Congresso estadunidense, o Relatório da Organização Mundial da Saúde e a Resolução da Assembleia das Nações Unidas.

Estamos diante do regime da propriedade, que parece ter deixado de ser uma questão, desde o final da Guerra Fria, e voluntariamente vivemos sob as equações matematicamente solucionáveis pelo uso central da razão como argumento democrático, em um mundo, como diz Sen, com muitas desrazões — o que, segundo ele, não implica dispensar a razão, mas conter a argumentação racional primitiva e falha —, “levando em conta possibilidades de diferentes posições razoáveis” (Sen, 2011: 21).

Posicionando-se de maneira distanciada do *institucionalismo transcendental* de Hobbes, Locke, Rousseau e Kant, desloca-se para a busca de alternativas menos injustas produzidas por sociedades reais, por meio de “argumentação racional pública sobre o ranking de alternativas que podem ser realizadas” (Idem: 47). Não mais retornar à ênfase em instituições e regras, mas promover realizações: “a ideia de direito aos frutos do próprio trabalho pode unir a direita libertária à esquerda marxista (não importando quão desconfortável cada um se sinta na companhia do outro)” (Idem: 44). Segundo Sen, o que nos move são as injustiças remediáveis a serem eliminadas, ou seja, a redução de injustiça é por ela mesma a promoção de justiça. O foco recai sobre o indivíduo *agente*, na sua participação e na democracia, cujo objetivo a ser alcançado pelo *debate* pretende estabelecer a *melhoria* da disponibilidade institucional e da factibilidade das discussões interativas, por meio de uma democracia julgada não só pelas instituições, mas, também, e principalmente, pelas diversas vozes.

Trata-se da abordagem teórica da *escolha social*, que produz avaliações comparadas de alternativas pelos valores e prioridades dos envolvidos:

---

<sup>2</sup> Para os fins desta exposição tratarei das propostas de Amartya Sen situadas em *A ideia de justiça* (2011); *Desenvolvimento e liberdade* (2010); e Martha C. Nussbaum e Amartya Sen. *La qualidade de vida* (1996).

capacidade das pessoas, não mais nos termos benthanianos de utilidade e felicidade, para gerar *vida sem exclusão*. Não se está em busca do Estado ideal, seja nacional ou internacional, de Hobbes a Kant, mas de justiça que alargue a justiça global com base em uma *moralidade mínima* e que jamais será sinônimo de *humanitarismo mínimo*. Trata-se da liberdade individual com comprometimento social em função da redução dos *males* relacionados com o Estado, partidos, mídias, grupos de interesse públicos, fóruns de discussões etc.. Está em jogo um sistema aberto e democrático de educação e saúde solidificados para o desenvolvimento. O critério não é mais a renda, o PIB ou similares, mas o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que combina estas variáveis, voltado para equacionar privações de liberdade derivadas da pobreza, das tiranias, carências de oportunidades, negligência dos serviços públicos, intolerâncias, interferências excessiva de Estados repressivos... tudo isso em favor do agente livre e sustentável, gerando *confiança* nas relações econômicas, sociais e políticas.

Estamos diante de uma justiça que almeja aumento de liberdades (civis, políticas e econômica) e segurança. Chega-se, assim a compreender a relevância atual pautada na expansão das capacidades e vocações, e a importância dos movimentos de liberdade no Norte da África, no início de 2011 e o Occupy Wall Street deste momento, nas agendas de governos. Pretende-se que a decisão livre do indivíduo fundamente a tradição por meio de resoluções participativas e não mais a afirmação arbitrária de qualquer tradição; aspira-se que esta forma de participação encaminhe novas soluções embasadas na crença de Estado. Exige-se que cada um trate de si, sabendo governar-se e obediente a ser governado, para influenciar no mundo; elabore avaliações sobre as vantagens individuais e do progresso social, para compor a iniciativa individual com eficácia social. Segundo Sen (2010), será assim que o Estado e sociedade fortalecerão e protegerão as capacidades humanas.

Nada disso, Sen e nós sabemos, seria possível sem uma sociedade organizada de maneira computo-informacional, de comunicação constante e que exige em sua conformação um trabalhador agente e, portanto, criativo e participativo, disposto a prosseguir e modificar a programação, diplomaticamente conectado, como um indivíduo que aprecia esta sua nova condição, e que recorre a medicações para conter seus transtornos, ampliar sua produtividade e desempenhos: um policial de si que monitora os demais (Passetti 2004: 151-160).

Uma nova *ideia-fixa* conforma seu círculo, as disciplinas foram para um nível além, e como um biruta, o que exigimos de nós diante destes *transtornos* e de tantas melhorias? Penso que as resistências diante desta condição de indivíduo vivo — um exponencial terrorista para esta boa sociedade — encontram-se produzidas entre os descrentes de idealizações, *melhorias* e das tantas *alternativas* para o justo. Calejado de tanto *retorno* ao ideal, poderá este indivíduo atravessar a condição cordata e *propositiva* para alcançar o instante propício a ser expresso pelas suas *perturbações*, e tornar-se jaguar?

Então tá! Despeço-me com *Excesso*, versos da poetisa polonesa Wislawa Szymborska; sabe-se lá porque, ela também ganhou o Nobel de Literatura, no ano 1996:

“Foi descoberta uma nova estrela,  
o que não significa que ficou mais claro  
nem que chegou algo que faltava.

A estrela é grande e longínqua,  
tão longínqua que é pequena,  
menor até que outras  
muito menores que ela.

A estranheza não teria aqui nada de estranho  
se ao menos tivéssemos tempo para ela.

A idade da estrela, a massa da estrela, a posição da estrela,  
tudo isso quiçá seja suficiente  
para uma tese de doutorado  
e uma modesta taça de vinho  
nos círculos aproximados do céu:  
o astrônomo, sua mulher, os parentes e os colegas,  
ambiente informal, traje casual,  
predominam na conversa os temas locais  
e mastiga-se amendoim.  
A estrela é extraordinária,  
mas isso ainda não é a razão  
para beber à saúde das nossas senhoras  
incomparavelmente mais próximas.

A estrela não tem consequência.  
Não influi no clima, na moda, no resultado do jogo,  
na mudança de governo, na renda, na crise de valores.

Não tem efeito na propaganda nem na indústria pesada.  
Não tem reflexo no verniz da mesa de conferência.  
Excedente em face dos dias contados da vida.

Pois o que há para perguntar,  
sob quantas estrelas o homem nasce,  
e sob quantas logo em seguida morre.

Nova.

- Ao menos me mostre onde ela está.
- Entre o contorno daquela nuvenzinha parda esgarçada e aquele galhinho de acácia mais à esquerda.
- Ah — exclamo” (Szyborska, 2011: 67-68).

## Bibliografia

- AFRAY, Janet; ANDERSON, Kevin B. (2011). Foucault e a revolução iraniana. As relações de gênero e as seduções do islamismo. Tradução de Fabio Faria. São Paulo: Realizações Editora.
- BLANCHOT, Maurice. A conversa infinita 2. A experiência limite. Tradução de João Moura Jr. São Paulo: Escuta.
- CORTAZAR, Julio (2008). A volta ao dia em 80 mundos (1968) v. 2; v. 1 (1967) e Último round (1969) v. 1. Traduções de Ari Roitman e Paulina Wach. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DEFERT, Daniel (1999). “Cronologia” in Manoel Barros da Motta (org). Michel Foucault. Problematizações do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Coleção Ditos & Escritos I. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (1978). História da loucura. Tradução de José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_ (2000). Em defesa da sociedade. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_ (2004). A hermenêutica do sujeito. Tradução de Marcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_ (2006). O poder psiquiátrico. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_ (2007). “Do governo dos vivos – 1ª aula”. In: Verve. Tradução de Nildo Avelino. São Paulo: Nu-Sol, v. 12, pp. 270-298.
- \_\_\_\_ (2008a). Segurança, território e população. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_ (2008b). Nascimento da biopolítica. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_ (2010a). O governo de si e dos outros. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_ (2010b). “Do governo dos vivos”. Tradução de Edécio Ottaviani. . São Paulo: Nu-Sol, v. 17, pp.154-188.
- GROS, Frédéric (2009). Estados de violência. Ensaio sobre o fim da guerra. Tradução de José Augusto da Silva. São Paulo-Aparecida.
- NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (1996). La calidade de vida. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- PASSETTI, Edson (2004). “Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle”. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 151-160.
- SEN, Amartya (2010). Desenvolvimento e liberdade. Tradução de. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_ (2011). A ideia de justiça. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Dominelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIQUEIRA, Leandro (2009). O indivíduo compulsivo: uma genealogia na

fronteira entre a disciplina e o controle. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado.  
STIRNER, Max (2009). O único e a sua propriedade. Tradução de João Barrento. São Paulo: Martins Fontes.  
SZYMBORSKA, Wislawa (2011). Poemas. Tradução de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras.